



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 2007

ANO XXXII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - PFL

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Luiz Nishimori
PFL .....	Plauto Miró
PT .....	Elton Welter
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
PTB .....	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN .....	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV .....	Reni Pereira

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

### *Proposta de Emenda à Constituição:*

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º Fica revogado o artigo 233 e seu parágrafo único da Constituição Estadual.

“Art. 233. Os servidores públicos civis estáveis, da administração direta, autárquica e das fundações públicas estaduais, serão regidos pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, a partir da promulgação desta Constituição.

Parágrafo Único. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para o cumprimento do disposto neste artigo, farão a devida adequação em seus quadros funcionais”.

Art. 2º Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamiento:

Cleiton Kielse, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Rosane Ferreira, Luiz Carlos Martins, Cida Borghetti, Nelson Justus, Francisco Bühner, Augustinho Zucchi, Osmar Bertoldi, Felipe Lucas, Jocelito Canto, Chico Noroeste, Dr. Batista, Antonio Ani-

belli, Edson Strapasson, Alexandre Curi, Mauro Moraes e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Propor a revogação do artigo 233 e seu parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná, pois o disposto já está devidamente previsto no Capítulo II - Dos Servidores Públicos Cíveis e na Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1.970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado de Paraná.

Ademais, constatou-se a ocorrência de erro material na elaboração da nova Carta Estadual ao suscitar que foi declarada sua inconstitucionalidade através da ADIN nº 114-1, pelo STF, cuja decisão teria sido publicada em 22 de novembro de 2002, quando a bem da verdade sequer houve decisão de mérito acerca de sua constitucionalidade ou não, mas apenas o deferimento da liminar, que suspendeu-lhe a eficácia por motivos de conveniência administrativa, em 26 de outubro de 1989, a qual foi publicada na data supra citada, após transcorridos 13 (treze) anos, interregno no qual as situações funcionais foram devidamente consolidadas pelo transcurso inexorável do tempo, ensejando o insofismável exaurimento de sua eficácia, ante à premência de total prevalência e respeito ao princípio da segurança jurídica e excepcional interesse social, por inabdicáveis.

